

Usos do passado e apropriações patrimoniais em territórios quilombolas de Santa Catarina

Uses of the past and patrimonial appropriations in Santa Catarina quilombolas territories

Usos del pasado y apropiaciones patrimoniales en territorios quilombolas de Santa Catarina

Fernanda Mara Borba¹

Resumo: Esta proposta de trabalho apresenta um estudo no âmbito da História do Tempo Presente sobre os usos do passado e as apropriações patrimoniais inseridas nos percursos do reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos em Santa Catarina. Esse direito se tornou uma possibilidade com a Constituição brasileira de 1988, que também permitiu o desenvolvimento de outras políticas voltadas aos povos e comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas). Com as recentes discussões acerca do conceito de patrimônio e das outras formas de “patrimonializar”, esses

¹Doutoranda em História e bolsista Promop, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), fernanda.soet@gmail.com

indivíduos passaram a ser alvo das ações patrimoniais entendidas como prioritárias. Especialmente acerca dos remanescentes das comunidades dos quilombos, para esses procedimentos se acionam, ademais da sociedade civil, agentes do Estado como a Fundação Cultural Palmares, o Incra e o Iphan, vinculados ao Ministério da Cultura e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em Santa Catarina, entre 2004 e 2014, foram efetuadas 13 certificações dos remanescentes das comunidades dos quilombos pela Fundação Cultural Palmares, sendo três inventariados pelo Iphan, no plano do patrimônio imaterial, e um titulado pelo Incra. Uma vez que essas ações se encontram imbricadas, tem importância pensar sobre os usos do passado na construção de narrativas identitárias, que mobilizam referenciais da História e de uma memória coletiva-partilhada em torno de um reconhecimento. Acrescenta-se ainda a menção recorrente de uma temporalidade associada aos ancestrais e suas heranças culturais que, mobilizada no presente, reforça a conquista de um atual espaço. Para exposição, o estudo enfatiza as comunidades do Sertão de Valongo, em Porto Belo, Invernada dos Negros, em Campos Novos, e São Roque, entre Praia Grande e Mampituba, inicialmente certificadas em Santa Catarina. Para tanto, o estudo analisa e interpreta um conjunto variado de fontes documentais (escritas, iconográficas e orais) e materiais de publicização do Iphan, presentes nos processos formados para reconhecer os remanescentes e inventariar o patrimônio cultural. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e se vincula ao Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac) desta Instituição.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, territórios quilombolas, Santa Catarina.

Abstract: This work presents a study using the History of the Present Time approach on the utilization of the past and the Cultural Heritage appropriations in the process of quilombolas communities legal recognition in Santa Catarina. The land right became a possibility for quilombolas in the Brazilian Constitution of 1988, which also allowed the development of other policies aimed at traditional communities (quilombolas and indigenous peoples). With the recent discussions about the concept of Cultural Heritage and forms for their legal recognition, these communities became the target of Cultural Heritage actions. In addition to civil society, State agencies such as the Palmares Cultural Foundation, Incra, and Iphan, associated with the Ministry of Culture and the Ministry of Agrarian Development, are also involved in these processes about the quilombolas communities. Between 2004 and 2014, 13 certifications were conceived for Santa Catarina quilombolas communities by the Palmares Cultural Foundation. Three of them were issued by Iphan, in the Intangible Heritage Plan, and one by Incra. As these actions overlap one another, it is important to think about the uses of the past in the construction of the identity narratives, which serves the history narrative and the collective memory shared around the social recognition. There is also the recurrent mention of the temporal association with ancestors and their cultural heritages, which serves the present narrative, reinforcing the conquest of the land. This work focuses on the Sertão de Valongo, in Porto Belo, Invernada dos Negros, in Campos Novos, and São Roque, between Praia Grande and Mampituba, communities certified in Santa Catarina. To do so, we analyze and interpret a diverse set of documents (written, iconographic and oral) and Iphan publicity materials, present in the processes to recognize the communities and to

investigate their Cultural Heritage. This work is part of an ongoing doctoral research in the Postgraduate Program in History (PPGH) at State University of Santa Catarina (UDESC) by the Laboratory of Cultural Heritage (LabPac).

Key words: Cultural Heritage, Quilombolas territories, Santa Catarina.

Resumen: Este proyecto presenta un estudio dentro de la Historia del Tiempo Presente sobre los usos del pasado y las apropiaciones patrimoniales insertadas en el reconocimiento de las rutas del remanentes de quilombos en Santa Catarina. Este derecho se ha convertido en una posibilidad con la Constitución de 1988, que también permitió el desarrollo de otras políticas a los pueblos y comunidades tradicionales (quilombolas e indígenas). Con las recientes discusiones sobre el concepto de patrimonio y otras formas de "patrimonializar", estos individuos han sido objeto de acciones patrimoniales consideradas como prioridad. Especialmente sobre los remanentes de quilombos, para desencadenar este tipo de procedimientos, además de la sociedad civil, se activan los agentes del Estado como la Fundación Cultural Palmares, el Inkra y Iphan, vinculados al Ministerio de Cultura y el Ministerio de Desarrollo Agrario. En Santa Catarina, entre 2004 y 2014, se realizaron 13 certificaciones de las comunidades remanentes de quilombos por la Fundación Cultural Palmares, siendo tres inventariadas por Iphan en el plan de patrimonio inmaterial, y una titulada por el Inkra. Una vez que estas acciones se entrelazan, es importante pensar en los usos del pasado en la construcción de las narrativas de identidad que movilizan las referencias de la historia y la memoria colectiva, compartida en torno a un reconocimiento. Es además la mención recurrente de una temporalidad asociada a los antepasados y su patrimonio cultural que, movilizada en esto, refuerza consecución de un espacio actual. Para la exposición, el estudio destaca las comunidades del Sertão del Valongo, en Porto Belo, Invernada de Negros, en Campos Novos, y São Roque, entre Praia Grande y Mampituba, inicialmente certificadas en Santa Catarina. Por lo tanto, el estudio analiza e interpreta una amplia gama de fuentes documentales (escritas, iconográficas y orales) y materiales de publicidad Iphan, presentes en los procesos entrenados para reconocer el inventario restante y el patrimonio cultural. Este trabajo es parte de una investigación de doctorado en curso en el Programa de Posgrado en Historia (PPGH) de la Universidad del Estado de Santa Catarina (UDESC) y está vinculado al Laboratorio de Patrimonio Cultural (LabPac) de esta institución.

Palabras clave: Patrimonio cultural, quilombolas, Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre as políticas públicas de patrimônio cultural em Santa Catarina, constatou-se que, por muito tempo e com destaque, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) enfatizou grupos específicos de imigrantes presentes no estado. Com o reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos, assegurado pela Constituição Federal de 1988, e as recentes discussões acerca do conceito de patrimônio e das outras formas de “patrimonializar” (como o registro), as comunidades quilombolas e (de terreiros) passaram a ser alvo das políticas patrimoniais, entendidas como prioritárias. Em Santa Catarina, seguindo a orientação nacional, 13 remanescentes das comunidades dos quilombos foram certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP), dos quais três

foram inventariados pelo Iphan, no plano do patrimônio imaterial, e um titulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Uma vez que essas ações se encontram imbricadas, tem importância pensar sobre os usos do passado na construção de narrativas identitárias, que mobilizam referenciais da História e de uma memória coletiva-partilhada em torno de um reconhecimento. Acrescenta-se ainda a menção recorrente de uma temporalidade associada aos ancestrais e suas heranças culturais que, mobilizada no presente, reforça a conquista de um atual espaço. Com o intuito de discutir essas questões e as ações do Iphan nestas comunidades, frente aos anteriores exercícios de preservação, pretende-se apresentar o Projeto “Comunidades Negras de Santa Catarina”, desenvolvido pela Superintendência Regional entre 2005 e 2008, e os inventários culturais dos remanescentes das comunidades dos quilombos envolvidos. Para exposição, o estudo enfatiza as comunidades do Sertão de Valongo, em Porto Belo, Invernada dos Negros, em Campos Novos, e São Roque, entre Praia Grande e Mampituba, inicialmente certificadas em Santa Catarina. A análise contemplou a documentação elaborada pelos mecanismos citados, que incluem registros escritos, iconográficos e orais, bem como os seus materiais de publicização, atentando-se para os estudos acerca do patrimônio cultural “afro-brasileiro” no Brasil. Assim, este texto foi estruturado em dois eixos: o Patrimônio Cultural e sua vinculação com a população “afro-brasileira” e o Projeto “Comunidades Negras de Santa Catarina” e as narrativas patrimoniais dos remanescentes de Sertão de Valongo, Invernada dos Negros e São Roque.

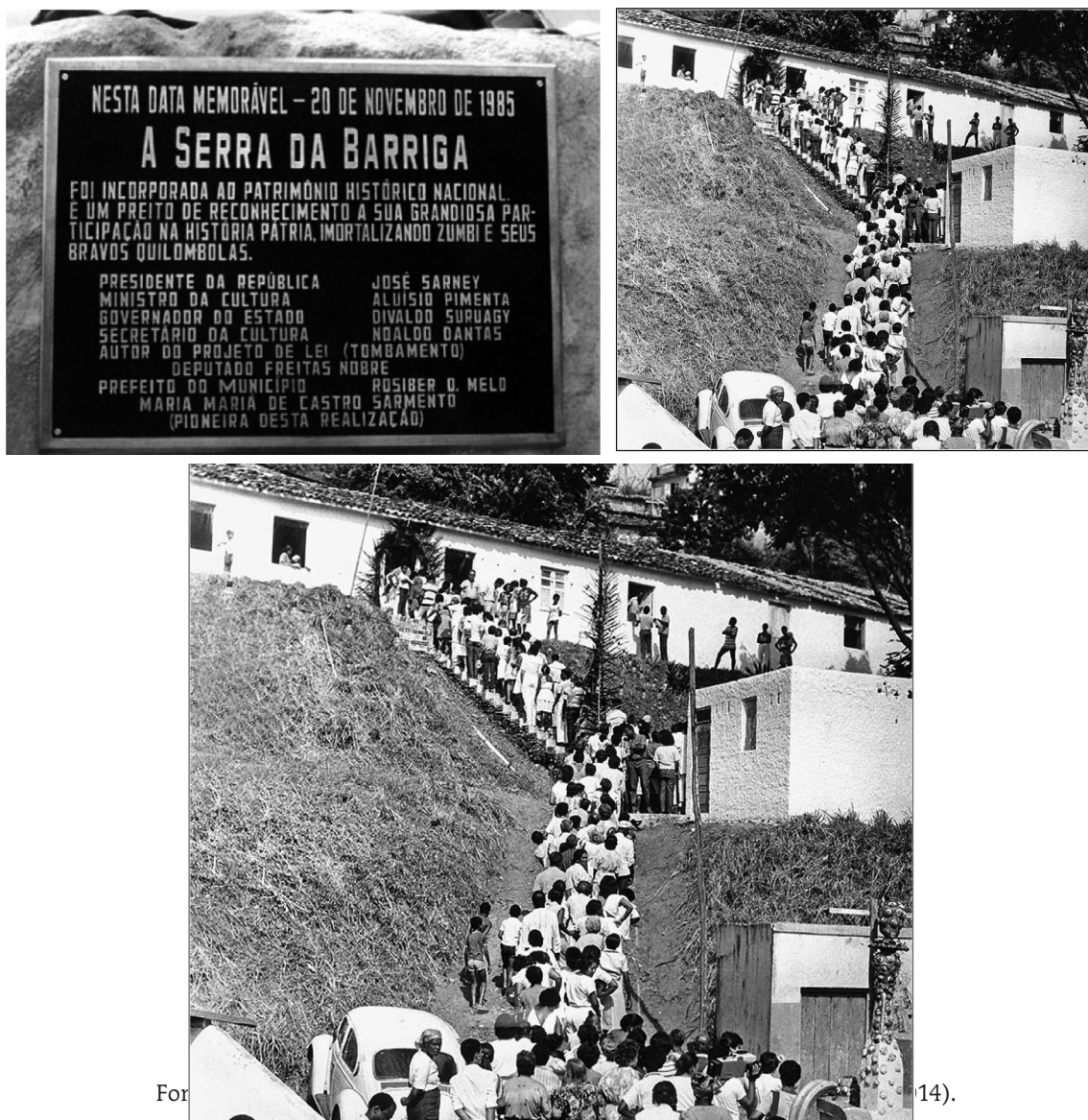
1. O PATRIMÔNIO CULTURAL “AFRO-BRASILEIRO” NO BRASIL

Especialmente a partir de 1970, pôde-se assistir um afastamento da visão reducionista de patrimônio que privilegiava, com o tombamento, valores de caráter erudito e de monumentalidade e ainda expressões culturais que se aproximavam de uma tradição europeia – com uma herança luso-colonial. O surgimento de um conceito mais abrangente e plural passou a abarcar as referências daqueles que durante muito tempo não foram incluídos pela política de preservação patrimonial. Para Antonio Gilberto Ramos Nogueira,

situado num movimento maior de revisão da historiografia – e que, no Brasil, coincide com o surgimento dos movimentos sociais no processo de redemocratização –, o conceito de patrimônio cultural colocou no centro do debate outros atores que não os burocratas e intelectuais. Neste sentido, o patrimônio passou a ser visto não apenas como remanescente de uma memória histórica – informadora de uma identidade nacional que pouco diz à maioria da população –, mas como importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente; portanto, campo privilegiado na reelaboração das novas identidades coletivas e instrumento fundamental para o reconhecimento dos grupos sociais que as constroem (NOGUEIRA, 2008, p. 242).

A repercussão desse movimento no contexto da prática preservacionista pelo Iphan ganhou força com os tombamentos do Terreiro da Casa Branca em 1984, em Salvador, e da Serra da Barriga em 1986, em Alagoas (Figura 1).

Figura 1 – Placa comemorativa do tombamento da Serra da Barriga; Casa Branca em dia de festa de Oxóssi



For

14).

Além de fortalecerem a proteção do patrimônio afro-brasileiro no país, essas ações reafirmaram o novo entendimento de patrimônio, que igualmente incluiu a participação da popular, uma vez que estes processos contaram com a presença de representantes das instituições culturais e acadêmicas, bem como integrantes dos movimentos negros e grupos locais. Sob essa perspectiva, como frisou Maria Cecília Londres Fonseca, a relevância do tombamento de um bem cultural, sobretudo para grupos econômicos e socialmente desfavorecidos, significou benefícios de ordem material e simbólica, bem como demonstrou poder político (FONSECA, 1997, p. 206).

Esse cenário também representou um momento de “unificação” dos universos material e imaterial com a incorporação do Conselho Nacional de Referências Culturais – um espaço que pensava especialmente a imaterialidade no Brasil – ao Iphan – que estava atrelado ao chamado Patrimônio de “pedra e cal” (CHUVA, 2012). Para além dessa “reforma”, a ampliação da ideia de Patrimônio Cultural para a imaterialidade foi reforçada, na década de 1990, com a criação de um Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial que buscou pensar uma legislação que atendesse essas especificidades, como a valorização da cultura

viva e o fazer popular. Instituiu-se assim o Decreto n. 3.551 de 2000 com o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (BRASIL, 2000).

O registro foi pensando em consonância com a ideia da preservação dos múltiplos elementos formadores da sociedade, divididos em quatro Livros: dos Saberes (conhecimentos e modos de fazer cotidianos), das Celebrações (festas, rituais que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas), das Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e dos Lugares (feiras, mercados, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas). Ao incluir patrimônios culturais não contemplados pelo Decreto n. 25 de 1937, o qual estabeleceu o tombamento dos bens de natureza material, o registro contempla atividades de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial de relevância nacional. Como parte do registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) se constitui como uma metodologia que auxilia a produção de conhecimentos sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que incluem referências culturais para um determinado grupo social. Este se destaca ao passo que esses elementos são indicados pelos indivíduos envolvidos, diferentemente das práticas em períodos anteriores, norteadas pelos agentes estatais.

Associada à imaterialidade afro-brasileira, foram inventariados e registrados inicialmente o Samba de Roda do Recôncavo Baiano na Bahia em 2004, o Jongo no Sudeste em 2005, o Tambor de Crioula no Maranhão e as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro em 2007 como Formas de Expressão, e o Ofício das Baianas do Acarajé em 2005 e dos Mestres de Capoeira em 2008 como Saberes (Figura 2).

Figura 2 – Exemplos de patrimônio imaterial registrado como Formas de Expressão e Saberes



Ainda nos estados de Pernambuco, São Paulo, Maranhão, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, outros instrumentos como a identificação e levantamento foram estabelecidos. Também tem grande importância a mobilização dos remanescentes das comunidades dos quilombos pelo reconhecimento da cultura afro-brasileira, uma vez que a certificação e

a titulação dos seus territórios se condicionam aos seus referenciais identitários como afrodescendentes. Assim se inserem os três remanescentes catarinenses (Sertão de Valongo em Porto Belo, Invernada dos Negros em Campos Novos e São Roque, entre Praia Grande e Mampituba) que, a partir do Patrimônio e suas referências culturais, foram incluídos no Projeto Comunidades Negras de Santa Catarina (e ainda aguardam o reconhecimento dos seus territórios).

2. O PROJETO “COMUNIDADES NEGRAS DE SANTA CATARINA” E AS NARRATIVAS PATRIMONIAIS DOS REMANESCENTES DE SERTÃO DE VALONGO, INVERNADA DOS NEGROS E SÃO ROQUE

Desenvolvido pela Superintendência Regional do Iphan em Santa Catarina entre 2005 e 2008, o Projeto “Comunidades Negras de Santa Catarina” incluiu, por meio do INRC, os saberes e os modos de vida dos remanescentes das comunidades dos quilombos como elementos fundamentais na constituição das suas memórias. Essa ação permitiu a exposição de parte de tais referências dessa parcela da população, tradicionalmente invisibilizada na história catarinense.

De acordo com o Iphan, as informações reunidas no Inventário devem constituir uma base de dados com a finalidade de fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas em consonância com as culturas locais (GODOY; RABELO, 2008). No trabalho o Instituto considerou as categorias de supracitadas (Saberes, Celebrações, Forma de Expressão e Lugares), levantadas a partir da oralidade e da fotografia, em parceria com a Andrade e Arantes Consultoria e Projetos Culturais e pesquisadores da Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais e História, e seus respectivos núcleos, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assim, foram catalogadas e descritas 68 manifestações culturais, das quais 17 foram selecionadas para um estudo aprofundado, resultando em duas publicações (GODOY; RABELO, 2008) e dois filmes-documentários (BRASIL, 2008a e b).

A Comunidade Sertão de Valongo, conhecida como Sertão dos Pretos, se situa num ambiente rural e de vale, e reunia, no período do Inventário, 34 famílias, compondo três famílias-tronco originárias. As narrativas de origem fixaram os primeiros habitantes neste território na última década do século XIX, no período da abolição da escravidão no Brasil – motivo pelo qual o Inventário optou por tratá-la como um quilombo de ocupação (GODOY; RABELO, 2008). As falas informam que o Valongo era uma área mais periférica, longe do litoral e insalubre e, portanto, sem interesse para os habitantes locais, sendo posteriormente ocupada por aqueles que ficaram a margem do processo com o fim da escravidão. Por outro lado, a ideia de uma comunidade “congelada no tempo” foi repensada nos depoimentos com a venda das terras ou ainda a conversão da comunidade à Igreja Adventista, datada no início do século XX, um dos eixos privilegiados para a auto-definição do grupo. O desenvolvimento do Inventário identificou um total de 19 referências culturais, relacionadas à religiosidade, à ruralidade e à ascendência negra, o fabrico e uso de galhota, os cultos religiosos de adoração, os conhecimentos tradicionais de ervas, o plantio agroecológico (a rotação de terras e de culturas e o consorciamento de plantas), especialmente de bananas, os engenhos e as cachoeiras ainda existentes em território valoguense.

A Comunidade Invernada dos Negros também se constitui como rural, orientada pela religião católica e descrita pelo Inventário como um quilombo de legatários (GODOY; RABELO, 2008). Esse termo faz alusão ao fato de ter sido constituída a posterior doação, via testamento, de parte das terras de um fazendeiro da região a quatro de seus escravos alforriados. O documento de nascimento da comunidade, datado de 1877, é um articulador importante na constituição da identidade do grupo, que reúne atualmente 127 famílias, organizadas a partir das terras herdadas de usufruto perpétuo, garantido pelos laços de parentesco, compadrio e geracional de descendência ou ascendência aos antigos escravizados do local. Entretendo, devido a cercamentos constantes de seu território original e à indução

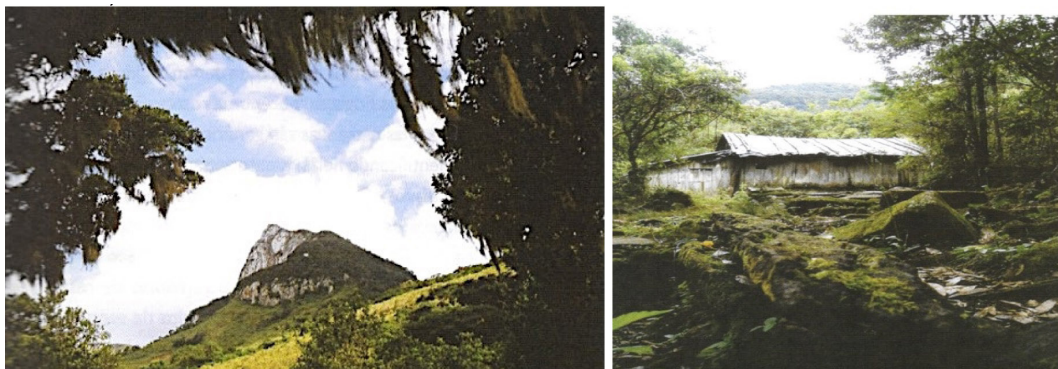
de êxodo por motivos econômicos, existem apenas 34 unidades domiciliares ocupadas na região (GODOY; RABELO, 2008). O Inventário catalogou 26 referências culturais, com os para os cemitérios (nos quais estão sepultados exclusivamente ancestrais da comunidade), as cavernas, a criação de gado solto e os modos de fazer baixeiro de lã de ovelha e muro de taipa, evidenciando “um modo de estar no mundo motivado pelo desejo de continuidade”.

A Comunidade de São Roque se situa no litoral sul catarinense, em um espaço marcado por acidentes naturais de grande amplitude, nos limites da Serra Geral. As narrativas remontam o início da ocupação na segunda metade do século XIX, em virtude da reunião de escravizados em torno de um quilombo de fuga, a forma mais comum de quilombo (GODOY; RABELO, 2008). Apresenta 62 famílias com apenas 26 residindo no espaço da comunidade, por motivos econômicos similares a Invernado dos Negros. São Roque se constitui como uma comunidade rural que professa a fé católica, tendo inclusive sua denominação inicial “Pedra Branca”, substituída pelo nome do santo cuja imagem foi trazida ao sítio em meados do século XX. Nessa comunidade foram coletadas informações a respeito de 23 bens culturais de que apresentam uma memorialística da escravidão, dos cemitérios, enfatizando as técnicas tradicionais de manejo ambiental (sistema de grotas, etnoconhecimento de plantas medicinais, cultivo e trabalho agrícola). A escolha de referências que lidam com essa temática, segundo o Inventário, parte do pressuposto de que a ocupação sustentável do território pela comunidade, durante mais de um século, demonstra que sua presença no local é condição para a preservação do entorno natural.

No aspecto Lugares, as narrativas destacaram, colocando em plano central, pontos como cemitérios, rios, afloramentos rochosos e outros espaços ao lado das narrativas do passado da escravidão, fator comum nas três comunidades, apesar de suas origens diversas, como já mencionado. Os moradores mais antigos recorreram aos antepassados como uma forma de manter vivas as referências que lhe seriam significativas (Figura 3):

“[...] o conhecimento que a gente tem é que se formou a Roça da Estância por causa que vinham escravos lá da estância que fica na [fazenda] Azulega, município de Cambará hoje [...]. Os alojamentos dos escravos era na estância. Tem o cemitério, tem tudo lá. E de lá vinham fazer roça aqui na Mãe dos Homens, que hoje é Mãe dos Homens, mas antes era Roça da Estância. [...]” (Maria Rita dos Santos, Comunidade São Roque, 2008d).

Figura 3 – Pedra Branca, face norte; entorno da residência de Dirceu e Vilson Nunes, localizada na parte alta do Rio Faxinalzinho – São Roque (lugares vinculados aos antepassados escravizados)



A ancestralidade também foi mencionada na divisão das terras entre as famílias e a organização espacial da comunidade, efetuada a partir de um modelo “herdado”, para

São Roque. Mas ao mesmo tempo atualizado, de acomodação às condições naturais do terreno acidentado, marcado por declives acentuados, abundância de cursos d'água, escarpas, vales e paredões rochosos. As grotas definem os espaços de produção, moradia, memória e socialização comunitária dos seus membros desde seus “primórdios”:

“Ninguém demarcava terra, era tudo terra em comum. A divisão era de grotas em grotas. Todos moravam naquelas beira de sanga e cultivavam. Bem dizer a divisa era os bicos dos morros. Toda nossa região só tem, no máximo, dez por cento de terra para agricultura. O pessoal desceu e se acomodou nas grotas, cada um com a sua área. As grotas têm nome. Cada família se acomodava em uma grotas” (Valdomiro Oliveira, Comunidade São Roque, 2008d).

Em Saberes elementos como o cultivo e trabalho agrícola, criação de animais e o conhecimento da flora e de seu ambiente foram mencionados nos depoimentos e fotografados pelos profissionais do INRC. As narrativas demonstraram os modos de preparo das ervas (“macerar”, “abafar” ou “curtir no álcool”) e as posologias adequadas a serem administradas, de acordo com a enfermidade e sua gravidade (Figura 4):

Figura 4 – Mãos de João Francisco Fernandes Garipuna e o conhecimento fitoterápico – Invernada dos Negros



“O lugar dela [a Mãe do Corpo] é bem debaixo do umbigo e vai pra lá e pode ir até debaixo das cadeiras e descadeirar ela. Eu tenho remédio pra fazer ir pro lugar. Pra puxar a Mãe do Corpo faz uma gemada com um pouco de canela e grupo e pôr bem em cima do umbigo e ela começa a roncar até que ela vem bem pra debaixo do umbigo” (Santa de Souza, Comunidade Invernada dos Negros, 2008c).

Esses conhecimentos e usos, transmitidos de geração em geração e compartilhados por homens, mulheres e crianças, demonstraram a habilidade das estratégias de adaptação ao meio natural, mas também a situação de carência de acesso aos serviços de saúde oficiais. Nos registros fotográficos, enfatizaram-se os indivíduos (com enxadas, foices e outros instrumentos agrícolas) desenvolvendo estratégias de uso e ocupação do solo, destacando-se as práticas de manejo ambiental com o intuito de manter e preservar o ambiente. Em Sertão de Valongo, as imagens trouxeram o plantio agroflorestal de bananas e café, como uma prática antiga, envolvendo um método orgânico, sem o uso de adubos químicos ou de agrotóxicos (Figura 4 e 5).

Figura 5 – Seleção da cana e plantio de legumes – Sertão de Valongo



Essas fontes complementaram as raízes sobre o uso do calendário das fases lunares que, para os valonguenses, auxiliam no plantio da banana: “A gente sempre procura o vazante, né? O minguante, a lua, quando ela tá diminuindo né? Dá mais força no cacho” (Moacir Caetano, Comunidade Sertão de Valongo, 2008e).

A criação do gado solto é uma prática comum na Invernada dos Negros, justificando, em certa medida, o nome da comunidade que remete a esse ofício, pois o termo “invernada”, de acordo com o Inventário, refere-se ao local onde os animais são colocados para pastagem. Nesta comunidade, as fotografias registraram o gado criado livremente entre os terrenos para se alimentar (Figura 4). Sobre isso, Dona Bertolina, uma das moradoras, recordou:

“E as vacas, nós soltava de manhã. [...] Soltava lá elas iam parar nesse fundo aqui [se refere às áreas de Manuel Cândido] pro lado de lá, daquelas granjas pra lá. E daí de tarde elas tinham que “voltar”. Daí a gente levava as cavas pra tirar o leite outro dia” (Bertolina de Souza, Comunidade Invernada dos Negros, 2008c).

Figura 6 – Criação do gado solto – Invernada dos Negros.



Em Formas de Expressão, as fotografias também apresentaram uma ligação dos moradores com o meio simbólico, indicando lugares como os cemitérios e os enterramentos antigos, as igrejas e as capelas e pequenos artefatos como os rosários e as imagens religiosas (Figura 7). As narrativas mencionaram ainda o contato com seres extraordinários e eventos como as visagens. Presentes no cotidiano, para os moradores, esses seres se manifestam durante o dia, na lida com a roça, ou a noite, no retorno de um baile ou uma festa no

entorno da comunidade. As falas afirmaram o receio de “topar” com essas criaturas e, mesmo aqueles que nunca as viram, não duvidam de sua existência:

Figura 7 – Capelinha devotada ao Monge São João Maria; cruz demarcando sepultura não identificada no cemitério do Faxinalzinho – São Roque.



“Eu não tenho medo, eu nunca tive medo desses bichos... Mas às vezes... tem o gritador, aqui tem um gritador. [...] Ele grita, ele grita: ú, ú. Daí se começar a remendar ele vem em cima da gente. E é uma sombra, bem alto o gritador. Ih, é alto, é uma pessoa mas sabe que é alto, né. Alma perdida que diz” (Francisco de Souza, Comunidade Invernada dos Negros, 2008c).

Essas e outras práticas, saberes e espaços presentes nas fotografias e mencionadas pelos depoimentos do Inventário, expostos aqui a partir de um recorte bastante pequeno, demonstram a diversidade de algumas manifestações culturais valorizados pelas narrativas. Por outro lado, existem elementos que precisam ainda ser pensados.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS NARRATIVAS E AS MEMÓRIAS

Tendo acessado as fontes reunidas pelo Projeto estudado, percebe-se que as narrativas evocadas pelas fotografias e depoimentos orais não representaram um conflito acerca do passado ou ainda das vivências contemporâneas em comunidade. Ao conhecer os embates em torno do reconhecimento dos territórios por meio de outros documentos, como aqueles do Incra, as falas reunidas pouco demonstraram essas outras experiências. A respeito do próprio conceito de comunidade, Bauman afirma a existência de uma concepção acrítica do termo – sempre reafirmado e raramente questionado – que remete para a ideia de uma “coisa boa” (2003). Uma comunidade, nesse sentido, se refere a um “círculo aconchegante” ou a um agrupamento distinto, pequeno e autossuficiente. Neste, o comunitarismo, a pertença e a identidade estabelecem marcos explicativos que tentam dar conta da multiplicidade dos entes sociais. Assim também parecem ser as comunidades investigadas que mencionaram elementos de auto atribuição, orientados por uma trajetória “própria” e uma consciência de identidade coletiva, marcada pela ancestralidade, mesmo que os membros incluídos ao longo de sua história apresentem outras. Cabe mencionar que as políticas de reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos mencionam os elementos que devem considerar: grupos étnicos-raciais com trajetórias histórias próprias, relações territoriais

específicas, presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida e caracterização segundo critérios de auto-atribuição atestada pelas próprias comunidades. As narrativas orais e fotográficas reafirmaram essas orientações.

Por outro lado, essas construções devem ser problematizadas, uma vez que as memórias podem ser múltiplas "[...] e internamente divididas, [...] ideologicamente e culturalmente mediadas" (PORTELLI, 1996, p. 106). Nos espaços investigados, se verificou aquilo que Alessandro Portelli chamou de "memória grupal", moldada e reelaborada no tempo histórico, e "orientada" sobre a forma de relatar os acontecimentos a partir dos "narradores gabaritados" ou "depoentes autorizados". Estes puderam contar as suas memórias em nome das comunidades e apontar espaços e práticas como narrativas compartilhadas por seus grupos. Ou ainda mencionaram a transmissão de saberes e lugares como coletivos, permitindo uma patrimonialização de algumas referências culturais como bens coletivos, quando a capacidade de comunicação e relação se relaciona com determinados membros do grupo que reivindicam para si essas capacidades. Também foi possível identificar algumas narrativas com diferentes temporalidades que deslocaram e sobrepuseram tempos distintos (da escravidão, não vivenciado por esses moradores, do presente, da natureza, do simbólico ou religioso) (RICOEUR, 2010) – que não foram problematizados. Salienta-se igualmente que outras discussões poderiam ser levantadas posteriormente como sobre as disputas memoriais entre uma memória oficial (de um determinado grupo imigrante) e as memórias subterrâneas (silenciadas ou marginalizadas) em busca da afirmação, sobretudo, das identidades e práticas culturais. No tratamento das referências, percebeu-se a ênfase dos instrumentos de obtenção de informações com peso simbólico, histórico e político do patrimônio material, entendendo a materialidade e imaterialidade como simétricas e homólogas (exemplo disso foi o uso da categoria "ruína" para demonstrar a situação de uma prática simbólica, como um canto religioso ou ainda as narrativas sobre a escravidão). Também foi possível identificar uma diminuição da observação direta das situações e eventos escolhidos para o inventário, uma vez que os profissionais envolvidos não puderam assistir todas aquelas situações mencionadas, reunindo muitas das informações apenas por meio de entrevistas.

Por fim, considerando os registros presentes nos Inventários ou ainda aqueles que não foram mencionados, mas que se encontram nos arquivos do Iphan, aponta-se que esta foi iniciativa bastante importante. E, mesmo que com algumas brechas, permitiu a elaboração de um generoso e potente acervo documental, que pode proporcionar outros debates e reflexões acerca dos remanescentes das comunidades dos quilombos em Santa Catarina, bem como seu patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 8 jun. 2015.

BRASIL. Casa Civil. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **"Comunidade de Invernada dos Negros: Referências Culturais Quilombolas"**. 2008a.

1 filme-documentário (30 min), son., color.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). “**Comunidade de São Roque: Referências Culturais Quilombolas**”. 2008b. 1 filme-documentário (30 min), son., color.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Invernada dos Negros – Campos Novos, SC**. Fase de Levantamento Preliminar; Fase de Identificação e Documentação e Relatório Final. Florianópolis: Iphan, 2008c.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – São Roque – Praia Grande, SC**. Fase de Levantamento Preliminar; Fase de Identificação e Documentação e Relatório Final. Florianópolis: Iphan, 2008d.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Sertão de Valongo – Porto Belo, SC**. Fase de Levantamento Preliminar; Fase de Identificação e Documentação e Relatório Final. Florianópolis: Iphan, 2007e.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

FONSECA, Maria Cecília L. O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ\IPHAN, 1997.

GODOY, Clayton Peron Franco de; RABELO, Marcos Monteiro. **Comunidades negras de Santa Catarina: narrativas da terra, ancestralidade e ruralidade**. Florianópolis: Iphan – 11ª Superintendência Regional, 2008.

MOURA, Carlos. 20 anos de história. **Revista Palmares**, Brasília, n. 4, p. 8-15, out. 2008.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 233-255, jul. 2008.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (orgs). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.103-130.

RAMOS, Cleidiana. Tombamento da Casa Banca completa 30 anos. **A tarde**, Salvador, 2014. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/tombamento-da-casa-branca-completa-30-anos-1590682>. Acesso em: 15 ago. 2016.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. In: _____. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. V.1. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010. p.93-155.